

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO NORDESTE: UMA DISCUSSÃO HISTÓRICA

Boanerges de Freitas Barreto Filho¹

RESUMO

O trabalho tem como objetivo discutir sobre a formação econômica do Nordeste, com ênfase no processo histórico. Recorreu-se à pesquisa bibliográfica em autores que tratam sobre o processo histórico de formação econômica. Considera-se que o colonialismo de exploração e o comportamento da elite se constituíram em aspectos delineadores da formação econômica do Nordeste. Conclui-se que as estruturas montadas para a produção e apropriação das riquezas são relevantes para se compreender as especificidades e heterogeneidades existentes na região, com a ocorrência de algumas áreas dinâmicas e de vazios econômicos. Esse legado estrutural se compatibilizava com os interesses econômicos da metrópole portuguesa e, ao longo do tempo, foi sendo amoldado para se adequar ao papel de complementariedade do polo dinâmico (Centro-Sul), bem como para viabilizar a concentração de riquezas, em escala regional, nas mãos da elite.

Palavras-chave: Formação econômica; Processo histórico; Estruturas montadas; Nordeste.

CONSIDERATIONS ON NORTHEAST ECONOMIC FORMATION: A HISTORICAL DISCUSSION

ABSTRACT

The work aims to discuss about the economic formation of the Northeast, with emphasis on the historical process. Bibliographic research was used in authors who deal with the historical process of economic formation. It is considered that the exploitation colonialism and the behavior of the elite were constituted in delineating aspects of the economic formation of the Northeast. It is concluded that the structures assembled for the production and appropriation of wealth are relevant to understand the specificities and heterogeneities existing in the region, with the occurrence of some dynamic areas and economic voids. This structural legacy was compatible with the economic interests of the Portuguese metropolis and, over time, was being shaped to adapt to the role of complementarity of the dynamic pole (Center-South), as well as to enable the concentration of wealth, on a regional scale, in the hands of the elite.

Keywords: Economic training; Historical process; Mounted structures; Northeast.

JEL: N00, O10, O20

1 INTRODUÇÃO

A literatura especializada (estudos antropológicos) já comprovou a existência de povos com distintos estágios de organização social nas diversas áreas do planeta, em diferentes períodos históricos. E mesmo a existência de elementos típicos de alguns povos não excluem a ocorrência de semelhanças e aproximações de estratégias e até de estruturas. Isso porque, desde a formação dos primeiros grupos sociais até a atualidade que os seres humanos organizam suas estratégias e as produções de provisões como elementos indispensáveis para o suprimento das

¹ Mestrado Acadêmico em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido. Professor Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus de Pau dos Ferros (CAPF). E-mail: boanergesfilho@uern.br



necessidades vitais e para satisfação de desejos. Neste aspecto, considera-se que as estruturas montadas refletem os graus de complexidade e organização dos grupos sociais, ao longo do tempo, nos diversos espaços geográficos, dadas as distintas disponibilidades de recursos naturais.

Ao longo do tempo a exploração moldou o ambiente natural e conferiu características *sui generis* aos diversos espaços habitados pelos humanos (SANTOS, 2017). A partir do crescimento populacional mais esforços e organização foram necessários para assegurar provisões em quantidades suficientes ao longo do tempo e, combinada com a necessidade de proteção dos grupos sociais, foram determinantes para o estabelecimento de relações mais complexas.

Considera-se que a partir da intensificação das relações comerciais e dos avanços no setor de transportes foram constituídas as bases para a integração econômica em escala planetária, tendo a Europa como centro catalisador do processo de exploração dos demais continentes. Sendo que a base teórica que sustentava as ações violentas das monarquias europeias foi sistematizada pelos autores mercantilistas, a saber: forte intervenção do Estado na economia, metalismo e balança comercial favorável, justificando-se quaisquer ações, inclusive violentas, para alcançar os propósitos mais elevados da política mercantilista.

Em tal contexto, o colonialismo de exploração, o escravismo, a pilhagem, a concessão de monopólios, o protecionismo etc. se tornaram mecanismos utilizados para concentrar riquezas nas mãos de poucos² (MARX, 1984). Não obstante, foi a partir da revolução industrial que se estabeleceram as condições técnicas para aceleração da exploração da Força de Trabalho (FT) e dos recursos naturais, com vistas a produção de excedentes e posterior obtenção de lucros.

Consolidado o padrão estrutural próprio do Modo de Produção Capitalista (MPC), os papéis que as classes sociais passam a desempenhar no processo de acumulação se tornam condicionados pelo *status quo*, ou, em outras palavras, suas ações se amoldam, enquanto perdurar o MPC, ao macroambiente dominante, em que a construção e consolidação das relações se exprimem pela contradição fundamental entre o capital *versus* trabalho (MARX, 1984).

² Desde a consolidação dos Estados nacionais europeus ao atual cenário de globalização que as atividades produtivas existentes se submetem a lógica de acumulação comandada pelo capital mercantil, depois pelo capital industrial e, atualmente, pelo capital financeiro.

É por isso que, desde o advento do MPC, a expansão econômica ocorre, preferencialmente, nas áreas dotadas de recursos estratégicos e com maiores perspectivas de assegurarem renovado ímpeto para a acumulação de capital, sendo que o processo de integração (subordinado e/ou complementar) exacerba as desigualdades regionais, geralmente, evidenciadas pela especialização produtiva das áreas periféricas em matérias primas e alimentos e de áreas do centro especializadas na produção de bens com alto valor agregado (sistema Centro-Periferia, marcado pela troca desigual) (NASSIF, 2021; COUTO, 2007; COUTO 2017; PREBISCH, 1986).

As ações humanas ocorrem em espaços geográficos (geograficidade do processo) e ao longo do tempo (historicidade do processo) e as contradições se exprimem no espaço geográfico através dos determinantes (atributos) que regem os processos. Assim, o espaço é explorado (economia), delimitado (Divisão Territorial do Trabalho), usado (Divisão Social do Trabalho), disputado (soberania e poder), produto de permanentes conflitos e meio em que as relações socioeconômicas se materializam.

Pelo exposto, percebe-se que são muitas as possibilidades para estudar a formação econômica de um espaço geográfico. Este trabalho tem como objetivo discutir sobre a formação econômica do Nordeste, com ênfase no processo histórico, para evidenciar as conexões existentes entre as estruturas montadas para produção e apropriação de riquezas (legado colonial e adaptações subsequentes) e o comportamento da elite.

Para tanto, recorreu-se à pesquisa bibliográfica em autores como: Furtado (2003), Cano (2002), Prado Jr. (1987), Oliveira (1981), dentre outros pesquisadores que tratam sobre o processo histórico de formação econômica e referências, como Marx (1984), Prebisch (1986), Brandão (2007), Tavares (1972), Tavares *et al.* (2007), Almeida (2004), que apresentam teorias e contribuições pertinentes ao entendimento da temática.

O trabalho apresenta a introdução, com breves considerações sobre a temática, objetivo e procedimentos metodológicos. A seção 2 aborda aspectos relacionados as estruturas montadas, desde a época colonial, para exploração econômica e o legado que se manteve após o fim do colonialismo, amoldando-se as novas contingências. A seção 3 traz a discussão sobre o legado estrutural, que

remonta a época do colonialismo, mas que foi se ajustando para se adequar ao papel de complementariedade e para viabilizar a concentração de riquezas, em escala regional, nas mãos da elite. Por fim, tem as considerações finais.

2 O COLONIALISMO DE EXPLORAÇÃO E O LEGADO ESTRUTURAL

No início do colonialismo europeu existiam no Continente americano inúmeras etnias indígenas³, algumas delas com reconhecido domínio de áreas como, a astronomia, matemática, metalurgia, construção civil etc. e todas com conhecimentos suficientes para assegurar a sobrevivência nos diversos biomas existentes, portanto, não era um vazio em que os “civilizados” colonizadores estabeleceram suas atividades para assegurar a posse das “terras descobertas”. O que ocorreu foi uma guerra de conquista e dominação dos povos autóctones e a lógica que comandou o processo foi à acumulação mercantil vigente na Europa.

A Espanha ocupou e explorou uma área produtora de metais preciosos, estabelecendo estratégias para garantir permanente transferências de riqueza para a metrópole e coube a Portugal a viabilização de uma forma alternativa de uso e ocupação econômica das novas terras conquistadas, visto que não se apresentou, de início, a possibilidade de extração de minerais e/ou pilhagem das tribos (FURTADO, 2003; MURADÁS, 2008).

No Brasil, foi a agricultura que serviu de base para a efetiva ocupação da colônia e durante toda a fase de exploração portuguesa viabilizou a transferência de vultosas somas de riquezas para a metrópole lusitana. Não obstante, no início da exploração econômica, a partir de 1.500, Portugal explorou, de forma sistemática, a madeira existente no litoral. As terras eram habitadas por diversas etnias indígenas e os colonizadores, com evidente superioridade bélica, utilizaram-se da força de trabalho disponível para viabilizar a extração do pau-brasil ao longo do litoral (FURTADO, 2003).

A madeira proveniente do pau-brasil serviu para fabricação de corantes utilizados pelas manufaturas têxteis existentes na Europa e o trabalho escravo dos indígenas assegurou elevada margem de ganhos diante do baixo investimento realizado, entretanto, a operação colonial brasileira não rendeu, logo de início, o

³ Estudos antropológicos demonstram que alguns povos ameríndios se desenvolveram, como: maias, astecas e incas, e conseguiram significativo progresso cultural até a chegada dos conquistadores do Novo Mundo.

retorno esperado pelos portugueses, pois não foram localizadas jazidas de metais preciosos (ouro e prata) como tinha sucedido com os colonizadores espanhóis que se depararam com a abundância de metais preciosos nas terras conquistadas (FURTADO, 2003).

O esgotamento das árvores de pau-brasil ao longo do litoral e a pressão exercida por outras nações europeias (França e Holanda), em relação ao uso da colônia por parte da Coroa portuguesa, foram determinantes para a adoção do modelo de concessões de terras a partir das capitânicas hereditárias. As imensas faixas de terras⁴ concedidas não surtiram o efeito esperado, principalmente, pelos elevados custos da operação colonial e os constantes embates com as diversas tribos indígenas, em boa parte das circunstâncias, insufladas por franceses e holandeses que tinham enorme interesse em enfraquecer a posição portuguesa (FURTADO, 2003).

Os portugueses buscaram explorar o que se tinha a mão: a madeira e o trabalho escravo dos indígenas, mas as exigências da operação colonial requeriam maior atenção dos portugueses, posto que o objetivo principal ainda não tinha se materializado: localizar e explorar jazidas de metais preciosos (FURTADO, 2003; PRADO JR., 1987).

Os obstáculos e dificuldades para a retirada da madeira se tornavam maiores à medida que os colonizadores adentravam o interior, bem como, a expansão da área explorada empurrava, desalojava e exterminava mais indígenas e aqueles povos, que tinham se refugiado das perseguições empreendidas para obtenção de trabalho escravo para a extração do pau-brasil na faixa litorânea, não conseguiram mais escapar e foram dizimados ou assimilados.

Assim, a inviabilização da exploração do pau-brasil demandou a adoção de uma nova estratégia para ocupação e domínio do Brasil-colônia. A opção foi a implantação da produção açucareira, em virtude da experiência dos portugueses que já produziam o açúcar em algumas ilhas do Atlântico. Os fatores que permitiram o êxito foram: o domínio do ciclo produtivo, a adequada qualidade do solo, a aceitação do produto no mercado consumidor, o financiamento concedido e a

⁴ “Esse sistema de colonização que Portugal já havia experimentado nas colônias de Açores e Ilha da Madeira revela-se ineficaz nas grandes extensões do território brasileiro, pois as capitânicas foram doadas a nobres portugueses, na sua maioria sem recursos para ocupar e colonizar as terras recebidas” (FELIPE, 2010, p. 18).

experiência dos holandeses no comércio intraeuropeu, a estruturação e oferta no mercado de escravos africanos (FURTADO, 2003).

Embora a operação açucareira não tenha se dado pela existência prévia da cultura nas terras coloniais é inegável que só foi exitosa por que as áreas disponíveis se apresentaram excelentes para o cultivo. Assim, o sucesso da empresa agrícola açucareira implantada na colônia impulsionou o processo de dominação portuguesa e condicionou a exploração das demais áreas, como complementares à atividade principal. Observaram-se a estruturação de atividades acessórias⁵, principalmente, a criação de animais de carga para os engenhos e como fonte de alimentos para os envolvidos diretamente na atividade açucareira (FURTADO, 2003).

No litoral, os colonizadores encontraram solo propício à expansão da atividade açucareira e os primeiros aventureiros, ao adentrarem as terras do sertão, depararam-se com os rigores provenientes das secas e da vegetação característica, dedicando-se nos locais mais adequados (ribeiras dos rios e riachos) ao fornecimento de gado para a atividade principal e ao cultivo de alguns alimentos para o consumo familiar e local.

Nesse sentido, não se pode negar a relevância da semiaridez na configuração econômica, social e espacial, aliás, os aspectos relacionais estabelecidos entre a sociedade e a natureza “[...] se imprimem no imaginário social”, através de uma dimensão simbólica, tornando-se [mais adiante] um recurso discursivo para atribuir à natureza (seca) a causa principal dos problemas existentes no Nordeste (CASTRO, 2001, p. 01).

Foi através da grande empresa colonial agrícola que o colonizador estabeleceu a dominação territorial e a exploração dos recursos, cuja estrutura necessária implicava em baixa Divisão Social do Trabalho: empresa comercial açucareira, com produção realizada nos latifúndios e engenhos, utilizando-se o trabalho dos escravos e com rigoroso controle produtivo e comercial exercido pela metrópole (CANO, 2002).

⁵ Prado Jr. (1987, p. 102) classificou o perfil das atividades produtivas em “principais”: cana-de-açúcar, tabaco, arroz, anil, algodão, cacau, pecuária e mineração de ouro e diamantes; e “secundárias”: madeira, pesca de baleias, extração de sal e salitre, erva-mate e artes mecânicas e manufaturas.

Neste sentido, as estruturas montadas para favorecimento da metrópole colonialista engendraram instrumentos eficazes para favorecimento econômico ao centro que, mesmo após a independência administrativa e política, não permitiram o desenvolvimento econômico significativo nas áreas submetidas ao colonialismo de exploração.

A natureza monocultora ou monoextrativista e latifundiária do sistema primário-exportador é concentradora de poder econômico e de poder político. Cria-se uma oligarquia nacional responsável pelo controle do sistema de produção, sendo a comercialização dos produtos e a distribuição da riqueza gerada de forma dependente das orientações da metrópole. Essas mesmas oligarquias constituem o poder político local. À medida que se consolidam os processos de independência, as elites locais ganham mais espaço no controle do sistema econômico, influenciando a política econômica de acordo com seus interesses, que passam a ser chamados de nacionais (PINHEIRO, 1995, p. 68-9).

Enquanto os países centrais avançaram, inclusive reduzindo a pobreza da classe trabalhadora, as antigas áreas coloniais se depararam com limitações estruturais para alcançarem níveis mais satisfatórios de desenvolvimento. A especialização produtiva em *commodities* agrícolas e minerais, com baixo valor agregado e muito suscetíveis as oscilações externas, a dependência em relação à importação de bens com maior valor agregado, a minguada poupança interna, as dificuldades associadas ao baixo dinamismo econômico interno e o manejo das ações estatais em prol dos interesses das elites se constituíram em gargalos de difícil superação.

Já o comportamento da elite regional nordestina se adequou ao novo arranjo de poder, comandado a partir do Centro-Sul, estabelecendo alianças para continuar concentrado riqueza, especialmente pela captura e controle de órgãos estatais com atuação na região (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, sucedido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF etc.) e pelo controle político do poder decisório nos estados e municípios da região.

3 A ESTRUTURA ECONÔMICA NORDESTINA NO CONTEXTO HISTÓRICO

A estrutura produtiva que prevaleceu, por longo período, foi moldada e constituída a partir das necessidades da atividade principal (açucareira), que respondia as oscilações do mercado europeu e aos interesses econômicos do país colonialista.

A elevada rentabilidade da atividade açucareira determinou a especialização: “[...] era essa uma economia de elevadíssimo coeficiente de importações”. Nos períodos favoráveis ao mercado de açúcar, tinha-se o uso massivo dos fatores de produção na atividade mais rentável, importando-se os demais itens, inclusive alimentos para os escravos (FURTADO, 2003, p. 61).

Observe que a atividade açucareira:

[Em virtude da] alta rentabilidade induzia à especialização e impedia a transferência de capital para outras atividades que pudessem diversificar a economia;

[Apresentava] elevado coeficiente de importações;

Devido o uso de mão de obra escrava, o mercado [interno] possuía ínfimas dimensões;

[Baixo] fluxo monetário dentro [da atividade] e por derivação na pecuária (FURTADO, 1959 *apud* MORAIS, MACEDO, 2014, p. 31).

A atividade criatória se expandiu a partir da produção açucareira e pelas características existentes, inclusive dependente do regime de chuvas, a ocupação econômica da atividade criatória no sertão ocorreu de forma extensiva e até itinerante (FURTADO, 2003).

A partir da desorganização da atividade canavieira e o conseqüente impacto sobre a atividade criatória praticada no sertão, deu-se a intensificação dos esforços para a ampliação da produção agrícola, em parte destinada a subsistência das famílias que moravam nas fazendas e parte destinada ao mercado local/regional, geralmente, negociadas nas feiras organizadas nos povoados e vilas:

É incontestável, porém, o fato de que essa economia pecuária nunca teve maior expressão na economia colonial, nem para o próprio Nordeste, nem para o resto da Colônia. Encontra essa debilidade sua afirmação no fato de que essa economia pecuária nunca esteve fundamentada nos padrões de reprodução da economia escravocrata [...]. É evidente que neste sentido tal economia não podia dar lugar senão a uma estrutura social pobre, pouco diferenciada, cuja posição na estrutura do poder regional não chegava sequer a ser notada (OLIVEIRA, 1981, p. 45-6).

É provável que as dificuldades no sertão tenham se acentuado com a desorganização⁶ da atividade açucareira, pois a articulação econômica litoral-sertão foi pautada pela demanda da área produtora de açúcar que, por sua vez, respondia à demanda europeia do produto, sendo plausível admitir que tal circunstância desencadeou uma espécie de ruptura dos binômios: litoral-sertão, açúcar-bovinos.

Convém ressaltar que a criação de gado não acabou com a desestruturação da atividade canvieira, na verdade, o que ocorreu foi o crescimento extensivo da atividade criatória, voltando-se para a subsistência da população e para o atendimento do mercado que foi, paulatinamente, estabelecendo-se nos diversos espaços nordestinos, principalmente nas vilas.

Ressalve-se que os problemas sociais relacionados às sucessivas secas, mas que, na verdade, decorriam da debilidade da estrutura existente, também foram amenizados pelo “êxodo dos flagelados⁷”, pela morte de milhares de pessoas (crianças, idosos, mulheres, doentes, fragilizados pela fome e abandonados à própria desventura pelos proprietários das terras), pelas intervenções emergenciais realizadas pelos governos (considerando ainda que parte substancial dos recursos era abocanhada pelas oligarquias) e pela ascensão da cotonicultura.

Já a estrutura econômica regional que emergiu fundada na cultura do algodão se tornou preponderante durante o século XIX e só perdeu espaço com as dificuldades enfrentadas pelo setor, em decorrência do acirramento da concorrência, defasagem tecnológica e descapitalização e em virtude da praga do bicudo que determinou a drástica redução da produtividade e a consequente inviabilidade econômica de seu plantio.

Outra característica da estrutura econômica nordestina é o padrão de conformação da elite, que desde a época colonial, identificou-se muito mais com a defesa dos privilégios pessoais e a manutenção do *status quo*. Uma elite forjada nos benefícios oferecidos pelo Estado e com mentalidade retrógrada, respondendo, em grande medida, pelos péssimos indicadores socioeconômicos existentes no Nordeste.

⁶ A mudança do cenário externo decorreu da atuação dos produtores e comerciantes holandeses que se estabeleceram nas Antilhas (FURTADO, 2003).

⁷ Migração de famílias de trabalhadores que perderam as condições de alimentação nas fazendas em que moravam e partiam para as vilas, cidades.

As circunstâncias climáticas adversas às práticas produtivas convencionais, a concentração e o controle da terra pelos latifundiários, a inserção econômica subordinada (condicionada exogenamente), a existência de uma elite oligárquica autocentrada nos próprios interesses, enfim, um conjunto de obstáculos ao desenvolvimento não desaguou em guerra civil em virtude da mão firme do Estado, que reprimiu, com o uso da força, movimentos insurgentes, como o cangaço⁸, Canudos, as Ligas Camponesas etc., além de funcionar como estímulos para o estabelecimento de medidas mais estruturantes na região⁹.

A exploração econômica de *commodities* voltadas ao atendimento da demanda externa, com a utilização de mão de obra escrava (índios e africanos) e realizadas em grandes propriedades, assim como as relações de parceria na agricultura amoldaram as relações sociais e legaram marcas significativas.

A concentração fundiária e o controle das terras mais propícias às atividades agropecuárias conferiram a posição privilegiada das oligarquias e seus coronéis e usineiros. A acumulação mercantil assegurou os privilégios à elite dominante regional, mas não foi suficiente para engendrar o processo de industrialização/modernização das atividades produtivas, contudo, as oligarquias regionais se conformaram com as alianças estabelecidas com a elite econômica e política nacional que encaminharam o processo de industrialização, focado no Centro-Sul, a partir das dificuldades enfrentadas pela atividade cafeeira.

Ao longo do tempo essa aliança interesseira foi sendo mantida pelos repasses de recursos públicos para combater os efeitos da seca e, evidentemente, os fundos públicos transferidos reafirmavam o poder econômico e político das oligarquias regionais. A denominada “indústria da seca”¹⁰ reafirmou o controle da terra e da água e contribuiu decisivamente para a manutenção do *status quo* e de práticas associadas à “região problema” do país, especialmente, o paternalismo e o clientelismo, bem como, os subprodutos de tal relação de dominação dos recursos econômicos através de suas manifestações mais evidentes: pobreza, analfabetismo,

⁸ O papel do cangaço é controverso. Para alguns foi apenas banditismo, mas outros enxergaram uma ação de resistência às inúmeras mazelas sociais existentes.

⁹ “Esses vários fatores pressionaram o Governo Federal a intervir diretamente no Nordeste, mediante a institucionalização de uma política de desenvolvimento, tendo em vista a redução dos desníveis econômicos e sociais e o esvaziamento dos movimentos sociais em ascensão na região.” (ALMEIDA, 2004, p. 235).

¹⁰ Termo utilizado pela primeira vez em 1960 num texto de Antônio Callado, em que o autor apontou o uso do discurso da seca pelos oligarcas nordestinos para angariar verbas públicas para atendimento emergencial dos necessitados e que acabavam sendo desviadas (CALLADO, 1960).

mortalidade precoce, violência etc. Assim, a estrutura produtiva e econômica, mesmo arcaica, reafirmava o poderio da elite e condenava a plebe à tutela ou a migração intra e extrarregional.

Já os centros urbanos mais importantes cresceram, principalmente, na região litorânea, mas o crescimento não se processava na velocidade requerida para absorção da mão de obra regional em situação de indigência e sem qualificação e, permanentemente, forçada ao abandono das atividades agropecuárias praticadas no sertão, cujo diagnóstico da situação foi expresso por Celso Furtado no Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)¹¹.

[O documento] constatou que o principal problema do Nordeste era o baixo nível de renda per capita de sua população, o qual não alcançava mais que um terço da renda per capita do Centro-Sul, em meados dos anos cinquenta. O referido estudo ressalta ainda que essa disparidade de renda tenderia a aprofundar-se ainda mais com o contínuo fechamento de fábricas na região nordestina, em função da sua incapacidade de concorrer com as modernas fábricas do Sudeste e da constante fuga de capitais à procura de melhores oportunidades de investimento em outras regiões, propiciadas pela expansão e diversificação do mercado no Centro-Sul do país. (ALMEIDA, 2004, p. 235-6).

A visão de Furtado sobre a posição do país em relação ao centro capitalista constituído foi resultado da influência, especialmente de Prebisch e sua teoria do sistema Centro-Periferia¹², em que as relações econômicas são favoráveis aos países centrais em virtude da exportação de produtos industrializados, portanto com

¹¹ “O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) foi criado em 1956, logo no início do mandato de Juscelino Kubitschek, nos moldes dos vários grupos (de trabalho e executivos) criados nesse governo. Em 1958, Celso Furtado, então ocupando um posto de direção no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), foi designado para assumir, cumulativamente, a chefia desse grupo. De fato o GTDN chegou a produzir alguns estudos setoriais, mas o certo é que a elaboração de Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste coube a Celso Furtado, como ele mesmo afirmaria, publicamente, anos mais tarde.” (VIDAL, 2003).

¹² “O modelo centro-periferia origina-se das teses desenvolvidas, de forma quase simultânea, mas independente, no início dos anos 1950, por Raúl Prebisch, segundo secretário-executivo da Cepal, e Hans Singer, economista do Departamento Econômico das Nações Unidas. Prebisch (1949), particularmente, divide a economia mundial em dois blocos de países: o ‘centro’, formado pelos países desenvolvidos, que concentram as inovações e detêm a posição de quase monopólio do progresso técnico global; e a ‘periferia’, formada pelos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, que procuram imitar e absorver o progresso técnico emanado dos países centrais. Com base na dinâmica dos fluxos de comércio de bens e serviços entre os países do centro e da periferia, Prebisch (1949) e Singer (1950) concluíam que os benefícios oriundos da divisão internacional do trabalho não se transferiam à periferia, ao contrário do que postulava a teoria das vantagens comparativas, base da defesa do livre-comércio” (NASSIF, 2021, p. 2).

maior valor agregado, enquanto os países periféricos exportam *commodities*, portanto com menor valor agregado¹³.

A configuração Centro-Periferia, considerando a especialização produtiva, também seria replicada no plano interno às economias regionais:

Consolidadas a formação e a integração do mercado nacional, as economias regionais periféricas são impedidas de levar adiante qualquer projeto de 'repetir os passos' da região dominante. Como afirma Cano (1998b), as regiões periféricas passam a ser 'acionadas' a partir do comando da economia do centro. Então, resta tão-somente se integrar complementarmente à economia do pólo dinâmico da acumulação, submetendo-se e enquadrando-se a uma hierarquia comandada por aquele centro do processo de decisões atinentes à acumulação de capital, que passa a ditar o ritmo e a natureza da incorporação de cada região do ranking nacional, vetando o que não fosse aquela 'articulação possível' em cada momento e eventualmente gerando efeitos de destruição nas regiões que ousassem enfrentar os requerimentos emitidos pelo núcleo da acumulação de capital (BRANDÃO, 2007, p. 80).

No Relatório fica patente que a relação Centro-Periferia seria replicada internamente e, no caso do Brasil, beneficiou o Centro-Sul e acentuou ainda mais as disparidades regionais. Para superar tal bloqueio o caminho sugerido por Furtado foi à industrialização do Nordeste, mediante a ação estatal (GTDN, 1967).

O processo de industrialização incentivada do Nordeste permitiria a endogeneização das condições fundamentais para assegurar a incorporação e difusão de progresso técnico, elevando a produtividade média do trabalho, portanto, sendo decisivo para a dinamização dos polos industriais que irradiariam o progresso. Simultaneamente, a elevação da produtividade do trabalho permitiria a maior participação do trabalho na divisão do excedente, contribuindo para a consolidação dos mercados (FURTADO, 2003; ALMEIDA, 2004).

A ação estatal desempenharia os papéis de indução e coordenação para os investimentos capitalistas e também participaria diretamente do processo, através das obras de infraestrutura necessárias (FURTADO, 2003; ALMEIDA, 2004).

¹³ “[...] à deterioração dos termos de intercâmbio entre, por um lado, matérias-primas e alimentos e, por outro, bens industrializados. Dada a especialização dos países em desenvolvimento na produção de matérias-primas e alimentos, a tendência à deterioração dos preços desses produtos resultaria na tendência à deterioração dos termos de intercâmbio desses países. A deterioração dos termos de intercâmbio significa que, se os volumes exportados se mantivessem estáveis, sua capacidade de compra de bens e serviços do exterior, ou seja, a capacidade de importar, diminuiria com o decorrer do tempo.” (PREBISCH, 1986 *apud* BIBLIOTECA DA CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2020).

O esforço para dotar o Nordeste das condições fundamentais para o deslanche do processo de crescimento, através, sobretudo da industrialização, não poderia ocorrer sem a apresentação de alternativas para a sobrevivência da população mais vulnerável economicamente. Além da ampliação da produção de alimentos (nas áreas mais úmidas), tinha-se que ampliar a renda monetária dos mais pobres, isso porque era necessário:

[...] fundar a economia do semi-árido em bases principalmente monetárias. Desde que se retenha uma área para produção de alimentos, também esta deverá ser organizada em bases monetárias. É de toda conveniência tornar o abastecimento independente, no âmbito da fazenda, do regime irregular de chuvas (GTDN, 1967, p. 75).

A ampliação da monetização da economia permitiria o aumento da produtividade do sistema e isso se processaria nas terras do sertão através das atividades produtivas típicas e relativamente adaptadas às condições climáticas existentes, embora, repita-se, organizadas em bases monetárias, ou mais precisamente, em bases capitalistas.

A organização dessa unidade agropecuária típica, de nível de produtividade razoavelmente elevado e adaptado às condições ecológicas da região, deveria constituir o objetivo central de toda política de desenvolvimento econômico para a região semi-árida. Por mais importante que venha a ser a contribuição da grande açudagem e da irrigação para aumentar a resistência econômica da região, é perfeitamente claro que os benefícios dessas obras estarão circunscritos a uma fração das terras semi-áridas do Nordeste (GTDN, 1967, p. 72-73).

O Relatório deixou evidente que a solução hidráulica tinha impacto reduzido frente à debilidade da estrutura econômica existente nas terras semiáridas do Nordeste. A questão assumia também uma conotação demográfica, ou seja, gente demais numa região semiárida e, por óbvio, recorrentemente afetada pela assimetria e insuficiência das precipitações pluviométricas (GTDN, 1967).

As ideias de Furtado, em sintonia com o estruturalismo da CEPAL, foram colocadas em prática, principalmente, através da SUDENE¹⁴ e BNB e o foco foi o processo de industrialização incentivada, destacando-se os aportes realizados no

¹⁴ O livro “Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes” trata da implantação da SUDENE e como a experiência de intervenção do Estado para promover o desenvolvimento do Nordeste se converteu num instrumento a serviço do capital no Centro-Sul. Dos processos contraditórios: capital *versus* trabalho, o “velho” e o “novo” Nordeste, tem-se como resultado que o planejamento é, sob a égide do sistema capitalista, utilizado para a reprodução e acumulação de capital (OLIVEIRA, 1981).

Polo Petroquímico de Camaçari/BA, polos industriais de Fortaleza/CE e Recife/PE (ALMEIDA, 2004).

O golpe militar de 1964 reafirmou as opções pela industrialização e pela modernização conservadora da agricultura e encerrou as possibilidades para viabilização da reestruturação produtiva sugerida por Furtado para a região, qual seja intensificar a industrialização e abertura e estruturação da fronteira agrícola maranhense, bem como, ampliação da monetização e da produtividade média do sistema – gado/agricultura típica – do Semiárido), de forma relativamente autônoma ao Centro-Sul, restando com caminho alternativo o “enquadramento” e a “articulação possível”.

Saliente-se que o setor agropecuário¹⁵, eleito pelo Estado, e por isso merecedor de inúmeras benesses (crédito, subsídio, reserva de mercado, etc.), respondeu positivamente aos estímulos e desempenhou os papéis que lhes coube no processo: crescimento da oferta de alimentos para um país cada vez mais urbano e de matérias primas para a indústria, bem como, gerou capitais, através da exportação de *commodities*, que serviram para a consolidação do setor industrial, além de, mediante a incorporação de tecnologias provenientes da chamada “revolução verde”, permitiu a redução dos preços da cesta de alimentos¹⁶ e, conseqüentemente, liberou parte mais significativa do orçamento dos trabalhadores para o consumo de bens industrializados. Ademais, na região Nordeste, os grandes produtores de cana-de-açúcar se beneficiaram de créditos subsidiados para financiar a modernização dos equipamentos processadores, convertendo-os em usinas produtoras de açúcar e álcool, bem como por numerosos programas de perdão de dívidas provenientes da tomada de crédito junto a bancos públicos.

Já os problemas sociais existentes na época dos governos militares eram considerados pelas autoridades e teóricos (como Delfim Neto) como efeitos colaterais indesejáveis que seriam mitigados pelo próprio desenvolvimento econômico¹⁷ ou desconsiderados completamente, uma vez que, alguns enxergavam

¹⁵ Grandes estabelecimentos que passaram pela modernização da sua produção a partir do uso de máquinas, implementos e produtos químicos.

¹⁶ Ressalte-se que a agricultura familiar, mesmo relegada ao descaso do governo, contribuiu e muito para este aspecto, conforme vasta literatura sobre o tema.

¹⁷ A ideia era fazer o bolo crescer e depois reparti-lo (TAVARES *et al.*, 2007, p. 134).

virtudes em eventos como o acentuado processo de urbanização, mesmo que desorganizado¹⁸ (TAVARES *et al.*, 2007).

A história se encarregou de demonstrar o quão distante se ficou do discurso das autoridades para a realidade, principalmente, no aspecto referente aos propalados impactos redistributivos da expansão econômica *per si*. Assim, reconhece-se que a prioridade dada à industrialização¹⁹ e a modernização da grande propriedade rural resultaram em êxito, para o exato sentido em que as políticas foram concebidas.

Não há como negar que o país se tornou industrializado e que a questão agrícola²⁰ foi resolvida em detrimento do enfrentamento da questão agrária²¹, existe um parque industrial diversificado e em alguns setores é inegável sua elevada competitividade, em que pese a evidente deficiência nas áreas de tecnologia de ponta²², como microeletrônica, robótica, softwares etc.

É verdade que o modelo perseguido pelas autoridades brasileiras sempre recebeu críticas. Correndo o risco de simplificação exagerada, três tipos fundamentais de críticas se apresentaram com maior ênfase ao longo do tempo:

1) As do grupo que defendia a industrialização, mas consideravam a necessidade de ajustes estruturais para garantir maior equidade e redução do risco externo (fortalecimento do mercado interno);

¹⁸ Afinal não existiam (nem existem) países desenvolvidos predominantemente rurais.

¹⁹ A literatura especializada, baseada na concepção do sistema Centro-Periferia, indicava que, na Divisão Internacional do Trabalho, caberia ao Brasil o papel de fornecedor de matérias primas e alimentos e importador de bens manufaturados, com maior valor agregado. Esta situação de desvantagem competitiva do país, em relação ao centro dinâmico, seria resultado da insuficiência de um setor industrial competitivo e moderno, portanto, o Brasil teria que buscar a industrialização e a modernização dos demais setores econômicos. Na prática, a forma em que se processou a substituição de importações no Brasil se aproximava do “etapismo rostowiano”, com adaptações ao longo do processo histórico (TAVARES, 1972; GREMAUD, VASCONCELIOS, TONETO JR., 2008). No campo teórico também merece menção as distintas vertentes da chamada teoria do/da subdesenvolvimento/dependência (MACHADO, 1999).

²⁰ “A questão agrícola é identificada com as condições econômicas e produtivas do setor agrícola em desempenhar certos papéis que lhe caberiam no processo desenvolvimentista” (CORAZZA, MARTINELLI JR., 2002, p. 23).

²¹ No que se refere ao debate em torno da questão agrária, verifica-se uma ampla gama de interpretações, desde aquelas que vaticinaram a insustentabilidade econômica da pequena produção agrícola frente a superioridade da grande produção (economia de escala), como aquelas que defendiam um amplo processo de reforma agrária para garantir uma transição mais equilibrada de uma economia eminentemente agrícola para uma economia urbano-industrial.

²² Ressalvando-se a existência de alguns centros de excelência.

2) As do grupo que defendia maior rigor fiscal (crítica ao desenvolvimentismo inflacionista), corrente que ganhou substância à medida que o Modelo de Substituição de Importações (MSI) se exauria e;

3) As do grupo dos céticos que creditavam ao próprio sistema capitalista a completa impossibilidade de compatibilizar crescimento econômico com distribuição mais equitativa de renda e propugnavam a revolução socialista²³ como único caminho possível.

Do ponto de vista prático prevaleceu o pragmatismo dos conservadores²⁴ que defenderam a intensificação do modelo de industrialização, inclusive da agricultura, relegando-se ao segundo plano os aspectos socioambientais.

A diretiva governamental de buscar a industrialização²⁵, a qualquer custo, potencializou efeitos sociais e ambientais²⁶ deletérios generalizados, muito embora, inclusive no Nordeste, tenha-se que admitir a ocorrência de alterações estruturais, ainda que espacialmente localizadas, bem como melhorias socioeconômicas, ainda que insuficientes.

Verifica-se que, no aspecto social (geração de empregos), as intervenções governamentais foram direcionadas em favorecimento da região Sudeste, fato determinante para a concentração espacial da produção no Centro-Sul, especialmente, em São Paulo.

Com o propósito de acelerar o processo de industrialização, sucessivos governos, agiram para mobilizar capitais públicos (emissão de papel-moeda e captação interna e externa de poupança), cujos efeitos nefastos, a *posteriori*, foram aceleração da inflação, concentração de renda, ampliação das desigualdades e crescente instabilidade macroeconômica. Os desdobramentos socioeconômicos negativos foram sentidos por todos, em especial, pelos pobres da região mais pobre²⁷.

²³ Após o golpe militar, ocorrido em 1964, as vozes que defendiam o socialismo foram silenciadas pela prisão, exílio ou morte.

²⁴ A ascensão dos militares ao poder serviu para consagrar o projeto Brasil Potência e silenciar as vozes discordantes. Ademais, o próprio crescimento vigoroso da economia (“milagre econômico”) contribuiu para demonstrar a “correção do rumo”.

²⁵ O projeto de industrialização, sobretudo nas décadas de 1960 e 1980, “[...] eram compatíveis com os interesses do capital produtivo e do capital financeiro internacional [...]” (ARAÚJO, 2000, p. 17).

²⁶ Em virtude do perfil da indústria incentivada, grosso modo, intensivas no consumo de energia (siderurgia e alumínio) e poluidoras (mineração e petrolífera).

²⁷ Distribuíram-se os efeitos perversos do modelo de crescimento adotado sobre os mais pobres e criou-se uma casta de privilegiados que podia mimetizar o padrão de consumo dos ricos dos países centrais.

Ademais, a priorização conferida a região dinâmica impulsionou a migração interna, em massa, sobretudo do rural do Semiárido para as cidades industriais, sem que as áreas receptoras dispusessem de condições para absorver o contingente populacional. Saliente-se que, diversos governos, ao longo do tempo, incentivaram, aberta ou tacitamente, a migração dos sertanejos e demais camadas sociais vulneráveis, utilizando-se de quaisquer pretextos: ciclo da borracha (incentivos do governo para trabalhar em seringais na Amazônia), Marcha para o Oeste (na era Vargas, inclusive com instalação de postos de recrutamento de trabalhadores em diversas capitais no Nordeste), construção de Brasília, política de integração da região Norte (governos militares), expansão da fronteira agrícola para o Centro Oeste, trabalhar nas indústrias de São Paulo, enfim, servia qualquer argumento para transferir gente das áreas mais pobres e assim reduzir a pressão social sempre latente.

Ademais, os mecanismos compensatórios criados ainda no âmbito da SUDENE (inclusive o Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR) e do BNB tinham como propósitos a atenuação da pobreza e subdesenvolvimento nordestino:

A industrialização foi [...] tratada como instrumento preponderante para atenuar o estado de pobreza e de subdesenvolvimento a que a região [Nordeste] estava submetida e estimular o seu desenvolvimento econômico. O ponto central para a estratégia de aceleração do desenvolvimento foi a ênfase na concessão de incentivos à instalação de indústrias siderúrgicas – com vistas à expansão das indústrias de transformação de ferro, de aço e às indústrias mecânicas – além da modernização das indústrias tradicionais, notadamente, têxtil e alimentar, consideradas como grandes absorvedoras de mão-de-obra (ALMEIDA, 2004, p. 236).

Como a região Nordeste continuou apresentando péssimos indicadores socioeconômicos, alguns presentes até hoje, não existem margens para tergiversação de que a concessão de benefícios fiscais e crédito subsidiado não foram capazes de promover o desenvolvimento do Nordeste, em que pese o necessário reconhecimento de que a região cresceu acima da média nacional em vários períodos de vigência das medidas²⁸, mas também se observa momentos de expansão econômica, acima da média nacional, em momentos posteriores ao encerramento das atividades da própria SUDENE.

²⁸ No período 1970 a 1985, o incremento do PIB industrial do Nordeste foi de 5,7% para 8,6% na distribuição do PIB industrial (indústria da transformação) do país. No período subsequente, de 1985 a 1996, em que prevaleceu a chamada guerra fiscal entre os estados para atrair investimentos também se observa o crescimento de 8,6% para 10% (FERREIRA, LEMOS 2000).

Pode-se considerar que o Nordeste vivenciou momentos de expansão econômica, ajustando-se alguns aspectos estruturais ao longo do processo histórico, inclusive, a partir do golpe militar de 1964, promovendo a articulação possível, que acomodou os interesses das oligarquias regionais e reafirmou o padrão excludente e concentrador (homogeneização com heterogeneização inter e intrarregional). Porém não se pode considerar que o Nordeste alcançou um padrão de desenvolvimento²⁹ satisfatório.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que a ocupação e dominação do continente americano foi um desdobramento da expansão comercial europeia, em que a conquista de novos territórios assumiu papel central para o fortalecimento das casas reais. As colônias, especialmente as de exploração, tornaram-se fundamentais na estratégia de enriquecimento das metrópoles, uma vez que a expansão do comércio dependia da oferta crescente de metais preciosos e mercadorias.

A expansão ultramarina europeia submeteu vastos territórios na África, Ásia e América, cuja exploração maciça ampliou significativamente a produção de *commodities* minerais (utilização de escravos) e agrícolas através do sistema de *plantation* (monoculturas destinadas à exportação com a utilização de trabalho escravo). Parte das estruturas montadas para viabilização do propósito de extração de riquezas coloniais não desapareceram após a independência política dos países latino-americanos, na verdade, foram alteradas para usufruto das elites nacionais associadas aos interesses dos países centrais.

Os arranjos que permitiram a independência brasileira da Coroa portuguesa e depois a Proclamação da República ilustram a permanência da estrutura, requerendo-se apenas readequações no aparato burocrático para atendimento das demandas dos grupos dominantes, cujos desdobramentos mais visíveis, no pós

²⁹ O inesquecível Celso Furtado conseguiu apreender de forma magistral e concisa a distinção existente entre crescimento econômico e desenvolvimento (VEIGA, 2005): “[...] o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento” (FURTADO *apud* VEIGA, 2005, ps. 81-2).

Proclamação, foram a adoção das medidas de combate à seca no Nordeste e a política de defesa do café no Centro-Sul.

O afloramento de tensões sociais, vide o caso das Ligas Campesinas, e o discurso da seca contribuíram para fixar a necessidade de providências governamentais em relação às regiões mais atrasadas do país. Na década de 1950, especialmente no governo de Juscelino Kubitschek, o planejamento regional começou a tomar forma, destacando-se o Relatório “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste” elaborado pelo GTDN, cujo diagnóstico evidenciou a situação de disparidade entre o Nordeste o Centro-Sul do país. O documento indicou os caminhos que deveriam ser percorridos para o enfrentamento das desigualdades, sendo que a diretriz principal deveria ser a industrialização, cujo papel fundamental seria criar um centro capitalista dinâmico e autônomo do polo nacional (Sudeste/São Paulo), através do incentivo ao fortalecimento de um agente capitalista do tipo schumpeteriano, aspecto que conferiria alguma independência regional na condução do subsistema de acumulação territorial (ARAÚJO, 2009).

O diagnóstico do GTDN e as ações da SUDENE são marcos do planejamento regional e demonstram, com eloquência, a visão preponderante dos governantes do período, reconhecendo-se a necessidade em difundir o desenvolvimento econômico, através da industrialização, para redução das desigualdades. Entretanto, a força polarizadora do capital industrial concentrado no Centro-Sul implicou em impossibilidade de implantação de um centro autônomo de industrialização no Nordeste.

O caminho possível foi a implantação de projetos de industrialização, espacialmente localizados, articulados aos interesses do grande capital e desempenhando o papel de complementaridade aos setores industriais já instalados no Centro-Sul. Ademais, requerendo-se a atuação estatal para provimento da infraestrutura e subsídios para atrair indústrias.

Os destaques da industrialização incentivada no Nordeste foram a modernização do polo industrial de Fortaleza/CE (setor têxtil), a consolidação do polo industrial de Recife/PE (alimentos e bebidas), complexo de produção ligado a Vale no Maranhão e o polo petroquímico de Camaçari/BA, conforme depreende-se setores industriais vinculados a exploração de recursos naturais.

Os rebatimentos nas escalas espaciais proporcionaram alterações nas áreas contempladas com os projetos e, conseqüentemente, (re)configuraram os espaços, dando-lhes dinâmicas distintas ao longo do processo histórico.

Pelo exposto é possível reconhecer que ocorreram mudanças na economia nordestina nos últimos 60 anos, dentre as quais: 1) inclusão de parte da população no mecanismo de consumo de massa, ainda que parte dela através de transferências diretas; 2) a integração possibilitada pela migração e/ou estruturação do setor produtor de bens intermediários atrelado ao capital do Centro-Sul; 3) a modernização e expansão de alguns setores industriais (exemplos das usinas de álcool e açúcar e de parte do parque têxtil); 4) a implantação de áreas de fruticultura irrigada, como nos vales do Assú/RN e do rio São Francisco; 5) a expansão do turismo no litoral, com a implantação de estrutura transporte, hotelaria etc.; 6) a expansão do agronegócio no oeste baiano e sul do Piauí e Maranhão; 7) as operações da Vale no Maranhão; enfim, uma série mudanças importantes, mas ainda insuficientes para desenvolver o Nordeste.

Neste sentido, o movimento do capital, em busca de oportunidades, modificou a estrutura produtiva nas áreas eleitas (setores ligados ao capital estrangeiro e/ou interregionais), no entanto, as mudanças não abarcaram toda a região, de modo que ainda é notória a disparidade existente entre os estados nordestinos, bem como, dentro dos estados, e quando se observa a disparidade existente entre a região litorânea, principalmente as regiões metropolitanas das capitais, e o Semiárido.

Por fim, no aspecto intrarregional, apesar das mudanças reconhecidas, tem-se a permanência da heterogeneidade, com algumas áreas dinâmicas (verdadeiros enclaves) e vazios produtivos, dependentes de transferências constitucionais e voluntárias de recursos, com a hipertrofia do setor de serviços, agricultura de subsistência e ausência de indústria. Neste sentido, a concentração foi replicada intrarregionalmente e consolidou o modelo de desenvolvimento geográfico desigual, também se compatibilizando com os interesses da elite regional, uma vez que, conseguiu abocanhar parte dos benefícios oferecidos pelo Estado, preservando-se o *status quo*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. E. de. Indústria incentivada e impactos socioambientais no Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 35, n. 2, p. 234-263, 2004.

ANDRADE, D. C. Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. **Leituras de economia política**, v. 14, p. 1-31, 2008.

ARAÚJO, D. da S. Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006). 2009. **Tese de Doutorado**. 2009. Instituto de economia da Unicamp-SP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285704>. Acesso em: 03 ago. 2021.

ARAÚJO, T. B. de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

BIBLIOTECA CEPAL. Biblioguias. **Raúl Prebisch e os desafios do desenvolvimento no século XXI**. Termos de intercâmbio. 2020. Disponível em: https://biblioguias.cepal.org/prebisch_pt/sigloXXI/termos-intercambio#:~:text=A%20deteriora%C3%A7%C3%A3o%20dos%20termos%20de,com%20o%20decorrer%20do%20tempo. Acesso em: 03 ago. 2022.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

CALLADO, A. **Os industriais da sêca e os "Galileus" de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2002.

CASTRO, I. E. de. **Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste**. 2001. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiadelaplacion/08.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2022.

CORAZZA, G.; MARTINELLI JR., O. Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. **Revista Teoria Evidência Econômica**, Passo Fundo, RS, v. 10, n. 19. p. 09-36, novembro de 2002.

COUTO, J. M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade**, v. 16, p. 45-64, 2007.

COUTO, J. M. Raúl Prebisch e a concepção e evolução do sistema centro-periferia. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, p. 65-87, 2017.

FELIPE, J. L. A. **Rio Grande do Norte: uma leitura geográfica**. Natal: EDUFRRN, 2010.

FERREIRA, M. de F. S.; LEMOS, M. B. Localização industrial e fatos estilizados da nova reconfiguração espacial do Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 31, p. 484-507, 2000.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JÚNIOR, R. Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Atlas, 2008.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (GTDN) (1967). **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife/PE: SUDENE. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/PDEN%20-%20segunda%20edicao.pdf>. Acesso: 20 fev. 2022.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MORAIS, J. M. L.; MACEDO, F. C. de. A formação social brasileira no espaço: o capitalismo mercantil e a conformação do Nordeste. In: **Ceará: economia, urbanização, metropolização**. MORAIS, J. M. L.; MACEDO, F. C. de; LIMA JR., F. do Ó de. (Orgs.). Crato/CE: RDS, 2014.

MUELLER, C. C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: Editora UnB, 2007.

MURADÁS, J. **A geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, RS, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15718/000682253.pdf>. Acesso: 20 fev. 2023.

NASSIF, A. O modelo centro-periferia e a economia política da Cepal: ontem e hoje. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ASSOCIAÇÃO DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (ANPEC). 49., 2021. **Anais... 2021**. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2021/submissao/files_l/i2-8131f48c2e25cf8adf6a27037f6cd3cb.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PINHEIRO, V. C. Modelos de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 12, 1995.

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/141/143>.
Acesso em: 20 fev. 2022.

PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. 35 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PREBISCH, R. Notas sobre el intercambio desde el punto de vista periférico. **Revista de la CEPAL**, n. 28. p. 195-206, 1986.

RODRIGUES, S. C. M. *et al.* Os recursos naturais no processo de desenvolvimento econômico capitalista. **Semioses**, v. 13, n. 4, p. 50-68, 2019.

SANTOS, E. de J. Capitalismo e a questão ambiental: Reflexões teóricas sobre a Economia do Meio Ambiente. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, São Luís, MA. **Anais...** São Luís, MA: UFMA, 2017. Disponível em:
<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo9/ocapitalismoeaquestaoambientalreflexoestericassobreaeconomiadomeioambiente.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SENHORAS, E. M.; MOREIRA, F.; VITTE, C. C. S. A agenda exploratória de recursos naturais na América do Sul: da empiria à teorização geoestratégica de assimetrias nas relações internacionais. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevidéo. **Anais...** Montevidéo: Egal, 2009. Disponível em:
<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geopolitica/16.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2023.

TAVARES, M. da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

TAVARES, M. da C. *et al.* **Memórias do desenvolvimento**. – Ano 1, n.1 (2007). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007. Disponível em:
<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201405161510110.Memorias4texto.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2023.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIDAL, F. C. B. A problemática do semi-árido nordestino à luz de Celso Furtado: permanência da pobreza estrutural. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**. Pobreza e desigualdades sociais. Salvador: SEI, p. 197-217, 2003. Disponível em:
http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311532340.F_VIDAL3.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.